



Simulado Especial

TJ MS

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA FIM
DIREITO - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial TJ-MS (Analista Judiciário - Área Fim - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Fim - Direito do TJ-MS**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

[Clique para Preencher o Gabarito](#)

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

01. *Resignemo-nos à ignorância, que é a forma mais cômoda de sabedoria. (L.F. Veríssimo)*

Sobre a frase acima, assinale uma possível interpretação de seu conteúdo.

- a) Devemos aceitar nossa falta de conhecimento, pois ela nos oferece uma maneira fácil de parecermos sábios sem o esforço de aprender.
- b) Entregar-se à ignorância significa desistir de buscar conhecimento, o que é uma manifestação de preguiça intelectual e não tem relação com sabedoria.
- c) Acomodar-se na ignorância pode ser uma estratégia inteligente, pois evita o desconforto da dúvida.
- d) Admitir que não sabemos tudo e parar de buscar conhecimento é um atalho para uma vida mais tranquila, mas nos distancia da verdadeira sabedoria.
- e) Resignação à ignorância é reconhecer que somos seres limitados no nosso conhecimento.

02. Passamos a vida inteira nos preparando para nossa morte e quando ela vem não podemos assistir. (L.F. Veríssimo)

- a) Dedicamos toda a nossa existência à preparação para o fim, mas quando ele finalmente chega, estamos impossibilitados de presenciar.
- b) Nossa vida é uma longa preparação para o momento da morte, que, paradoxalmente, não podemos experimentar.
- c) A vida é um ensaio constante para o nosso último ato, o qual, curiosamente, não temos a chance de observar.
- d) Toda a nossa jornada é um preparo para o adeus final, mas na hora decisiva, não podemos fazer nada para evitá-la.
- e) Nos preparamos incessantemente para o desfecho de nossa vida, mas quando ele se apresenta, somos excluídos da plateia.

03. Assinale a alternativa a seguir que contenha um paradoxo.

- a) Jantei sozinho. E quando voltei a casa, fui direto ao atelier, destapei o retrato, lancei uma pincelada ao acaso, tornei a cobrir a tela.
- b) A ti tocou-te a máquina mercante.
- c) Aquela mina de ouro, ela não ia deixar que outras espertas botassem as mãos.
- d) O ouro negro foi o grande assunto do século.
- e) Pois sem você meu mundo é diferente, minha alegria é triste.

04. Assinale a alternativa em que ocorra deslize no emprego do pronome 'onde'.

- a) A cidade onde cresci mantém suas tradições vivas, celebrando festas populares com a mesma alegria e dedicação de gerações passada.
- b) Nunca me esqueço das tardes ensolaradas da minha juventude, onde descobri mundos escondidos entre as páginas da vida.
- c) A casa onde vivemos por vários anos, situada naquela tranquila rua sem saída, tornou-se mais do que apenas um espaço físico; ela foi o cenário onde se desenrolaram momentos significativos de nossas vidas, testemunhando alegrias, tristezas, desafios e conquistas que moldaram quem somos hoje.
- d) O restaurante onde jantamos naquela noite especial oferecia uma vista espetacular da cidade, onde as luzes se estendiam até o horizonte, criando um pano de fundo perfeito para uma ocasião inesquecível.
- e) O parque onde costumamos caminhar nos fins de semana é um refúgio de paz e beleza natural, onde os caminhos serpenteiam por entre árvores centenárias e flores coloridas.

05. *Tem muita gente honesta neste país. Só não se identificam para não ficar de fora se aparecer um bom negócio.*

Sobre a frase acima, assinale a inferência que **não** pode ser feita.

- a) A frase sugere que, apesar de existir um número significativo de pessoas honestas no país, a honestidade é frequentemente ocultada por medo de perder oportunidades lucrativas que possam surgir.
- b) O pensamento sugere que a sociedade valoriza mais as vantagens imediatas e lucrativas do que manter princípios de honestidade e integridade, levando as pessoas a esconder suas verdadeiras virtudes.
- c) Infere-se que o ambiente de negócios no país pode ser tal que encoraja ou recompensa comportamentos desonestos, fazendo com que até mesmo pessoas honestas sintam-se pressionadas a agir de forma contrária aos seus valores.
- d) O texto sugere que há um cinismo ou uma desilusão generalizada com relação à honestidade como valor social, indicando uma aceitação tácita de comportamentos oportunistas como norma.
- e) A frase indica que a honestidade é amplamente praticada e valorizada no país, sendo um traço característico e predominante entre a população.

06. *Tem muita gente honesta neste país. Só não se identificam para não ficar de fora se aparecer um bom negócio.*

Ainda sobre a frase acima, assinale o comentário feito de forma **correta**:

- a) O verbo 'tem' está empregado no sentido de 'existir', o que a gramática tradicional considera totalmente adequado.
- b) Com o verbo 'identificam', no plural, ocorreu a concordância por silepse.
- c) O termo 'gente' é correto para contextos formais.
- d) O termo 'um bom negócio' é complemento direto do verbo.
- e) As duas frases mostram sujeito inexistente.

07. Abaixo, há cinco frases injuntivas e ao lado a sua justificativa. Assinale a opção em que há total consonância lógica entre a ordem e a justificativa:

- a) "Estude todos os dias!" / Para ter mais tempo livre nos finais de semana.
- b) "Economize água!" / Para garantir que a conta de luz seja mais barata.
- c) "Faça exercícios físicos regularmente!" / Para melhorar a performance nas redações.
- d) "Mantenha sua área de trabalho sem lixo espalhado!" / Para evitar aglomeração de insetos.
- e) "Desligue as luzes ao sair de um cômodo!" / Para economizar energia e reduzir a conta de energia elétrica.

08. "Os sábios afirmam que um dia a vossa luz se extinguirá", declararam os vagalumes para as estrelas. Estas, contudo, permaneceram em silêncio.

- a) Estavam convencidas da imprecisão na afirmação dos vagalumes.
- b) Não tinham conhecimento sobre quem eram os sábios.
- c) Sentiram compaixão pelos vagalumes.
- d) Tinham noção de sua própria superioridade.
- e) Estavam incertas sobre a resposta adequada.

09. *Medo todos têm. A diferença é que o covarde não controla o medo, e o corajoso o supera.*

Sobre a frase acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) O termo 'Medo' exerce a função de sujeito.
- b) O verbo 'têm' foi empregado no sentido de existir.
- c) A expressão 'é que' é uma partícula expletiva.
- d) A vírgula após a palavra 'medo' ocorreu porque a nova oração apresenta um novo sujeito.
- e) O termo 'o', em todas as ocorrências, é artigo.

10. A frase abaixo que está integralmente correta é:

- a) Cerca de 54,3% das pessoas assinaram o documento.
- b) Ao invés de português, estudei matemática.
- c) Para mim estudar português é uma honra.
- d) Todos, certamente já viram isso.
- e) Põe menos sal na sua comida.

11. Algumas palavras são empregadas fora de sua classe original; assinale a opção em que a palavra destacada teve sua classe original modificada, de adjetivo para substantivo.

- a) Se você é **jovem**, deve ter mais amor pela vida.
- b) O **esporte** favorito dele é o polo.
- c) Essa roupa, apenas os **inteligentes** podem ver.
- d) Todos os **médicos** consultados afirmaram a verdade.
- e) A sua atitude **absurda** chocou a todos.

12. Uma marca da textualidade é a coesão, a ligação formal entre termos. Assinale a frase abaixo em que os termos sublinhados não estão ligados por coesão.

- a) Quando Maria chegou à festa, todos os olhares se voltaram para ela. Sua presença sempre iluminava o ambiente, e ela sabia disso, caminhando com uma confiança que deixava claro sua consciência de sua própria beleza e carisma.
- b) O cachorro, perdido na rua desde cedo, latiu alegremente quando viu o seu dono se aproximar. Ele, reconhecendo imediatamente o seu humano favorito, correu ao seu encontro com o rabo abanando freneticamente, demonstrando todo o seu afeto e alegria.
- c) A lua cheia brilhava no céu noturno, lançando uma luz prateada sobre o mar calmo. Ela parecia vigiar o mundo abaixo, um farol natural que guiava os corações dos amantes e inspirava poetas com sua beleza etérea e misteriosa.
- d) O jardim estava repleto de flores de diversas cores, aromas e formas, atraindo abelhas e borboletas. Ele se tornara um pequeno paraíso para os insetos, que dançavam de flor em flor, desempenhando o importante papel de polinização enquanto desfrutavam do néctar generosamente oferecido.
- e) O carro antigo, uma relíquia da família há gerações, finalmente foi restaurado à sua antiga glória. Ele agora brilhava sob o sol, com sua pintura impecável e detalhes cromados, pronto para desfilar pelas ruas e reviver as memórias de uma época em que era o orgulho de seus donos.

13. Durante as férias, João planejou visitar seus avós na fazenda, explorar as montanhas com amigos e a ideia de aprender a surfar na praia estava em sua lista.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma inadequação

na estruturação dessa frase.

- a) a falta de paralelismo.
- b) a ambiguidade na construção.
- c) erros gramaticais.
- d) pontuação inadequada.
- e) ausência de coerência.

Entenda o que eu vou te dizer

“Dois-pontos” vem

De volta pro meu coração

“Exclamação”

Não posso viver sem você

Não tenho razão nem por que me acostumar com a saudade

Nem vírgula vai separar

Nessa oração

Teu nome da minha paixão

Não leve a mal

Eu sei que não sou escritor

É só uma carta de amor

De alguém que te quer de verdade

14. No texto acima, do grande poeta Délcio Luiz, eternizada na voz de Péricles, assinale a função da linguagem não pode ser percebida:

- a) metalinguística
- b) poética
- c) conativa
- d) emotiva
- e) referencial

15. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) No texto, há um interessante jogo entre a forma e o conteúdo do poema.
- b) O eu-lírico se apresenta de maneira humilde e sincera ao final do poema.
- c) O emprego por extenso dos elementos de pontuação confere vida lexical a esses sinais.
- d) É essencial entender as regras gramaticais de pontuação para captar o significado das informações do texto.
- e) A sinceridade e a intensidade dos sentimentos são comunicadas de forma clara ao longo do texto.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. Em uma reunião entre servidores judiciais de uma comarca de primeira entrância, discutia-se sobre os requisitos necessários para que sua comarca fosse elevada à categoria de segunda entrância. Carlos, um dos servidores, apresentou suas considerações, mas houve divergências sobre o que era necessário. Com base na lei n. 1.511/1994, qual dos seguintes itens é um requisito para a elevação de uma comarca à categoria de segunda entrância?

- a) Necessidade de um movimento forense inferior a quatrocentos feitos anuais.
- b) Prévia correção e parecer favorável da Corregedoria-Geral de Justiça.
- c) Existência de unidade de internação para crianças e adolescentes na comarca.
- d) Avaliação e aprovação da proposta pelo Ministério Público Estadual.
- e) Conveniência e oportunidade avaliadas pela Administração Estadual.

17. Juliana, uma nova juíza em uma comarca de segunda entrância, estava analisando a possibilidade de solicitar a criação de uma nova vara no seu fórum. Ela reuniu-se com a equipe para discutir os requisitos necessários para tal medida, com base na lei n. 1.511/1994. Qual das seguintes afirmações é correta a respeito dos requisitos para a criação de novas varas ou desdobramento de juízos nas comarcas de entrância especial ou de segunda entrância?

- a) É necessário um movimento forense mínimo de quinhentos feitos anuais para cada nova vara.
- b) A aprovação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é um dos requisitos necessários.
- c) Uma das exigências é a conveniência e oportunidade avaliadas pela administração.
- d) A criação de novas varas não necessita de correção prévia ou parecer da Corregedoria-Geral de Justiça.
- e) Cada nova vara precisa comprovar a existência de pelo menos um projeto social ativo na comarca.

18. Rodrigo, servidor ocupante de cargo em comissão no Tribunal de Justiça do MS, estava preocupado com as consequências de uma possível violação das normas estipuladas pelo Código de Ética dos Servidores do TJ-MS. Em uma conversa com sua colega Ana, ele questionou sobre o processo de aplicação de penalidades e os direitos que possuía em caso de ser penalizado. Com base no referido diploma, qual afirmação sobre o processo de penalidade de censura está correta?

- a) O Presidente do Tribunal de Justiça não tem autoridade para aplicar penalidades a servidores ocupantes de cargos em comissão.
- b) A penalidade de censura é aplicada exclusivamente ao Diretor-Geral da Secretaria, independentemente da infração.
- c) Servidores não mais integrantes do quadro de pessoal do PJMS são imunes à aplicação de penalidades.
- d) Após a aplicação da penalidade, o servidor tem o direito de pedir reconsideração ao Presidente do Tribunal de Justiça no prazo de 5 dias.
- e) As penalidades aplicadas são confidenciais e não serão publicadas em Diário Oficial nem registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

19. Mariana, uma servidora pública do Tribunal de Justiça, estava preocupada com um colega, Paulo, que se recusava a submeter-se a uma inspeção médica exigida pela administração. Em uma conversa com Paulo, Mariana tentou explicar as possíveis consequências dessa recusa. Com base no Estatuto dos Servidores do TJ-MS, qual seria a penalidade aplicada a Paulo por sua recusa em submeter-se à inspeção médica?

- a) Advertência por escrito.
- b) Demissão com a nota "a bem do serviço público".
- c) Suspensão do serviço público.
- d) Redução de salário.
- e) Transferência compulsória para outra unidade.

20. Amanda, servidora do Tribunal de Justiça, estava estudando a estrutura organizacional do Grupo de Direção Superior para uma apresentação que faria aos novos servidores. Ela queria garantir que sua apresentação fosse precisa e refletisse a composição atual do grupo, conforme estabelecido pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Durante sua preparação, ela criou uma lista de cargos para incluir em sua apresentação. Qual dos seguintes cargos NÃO faz parte do Grupo de Direção Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça

- a) Diretor de planejamento.
- b) Diretor-executivo.
- c) Diretor de tecnologia da informação.
- d) Diretor jurídico.
- e) Diretor do controle interno.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Y, servidor público do TRE da cidade X e surfista premiado em diversos campeonatos municipais, utiliza diariamente o veículo oficial com o propósito de levar sua namorada à praia para ensiná-la a surfar. A praia Z, onde Y a instrui, está localizada a 12 km de distância de seu local de trabalho. Diante dessa situação, pode-se afirmar que Y viola o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência;
- d) moralidade;
- e) proporcionalidade.

- 22.** Identifique a alternativa correta sobre a organização da administração pública direta e indireta.
- a) A União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal são entidades políticas que integram a administração pública indireta.
 - b) Através da descentralização vertical da administração pública, são instituídas organizações com personalidade jurídica, às quais são delegadas responsabilidades definidas pela Constituição (CF) aos entes políticos.
 - c) Dentro da organização dos entes políticos, os órgãos são organizados com base em critérios hierárquicos. No entanto, existem órgãos independentes, que não estão subordinados a nenhum outro, devendo apenas obedecer às leis. Isso se aplica à presidência da República, dentro da estrutura do Poder Executivo federal, e aos gabinetes dos governadores, na estrutura do Poder Executivo estadual.
 - d) Em linhas gerais, as autarquias profissionais, como a OAB e outros conselhos de profissões regulamentadas, devem prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), conduzir licitações e realizar concursos públicos para suas contratações.
 - e) Os órgãos públicos são entidades dentro da estrutura estatal, cada uma com funções específicas, personalidade jurídica distinta e capacidade de representar a entidade jurídica à qual estão vinculados.
- 23.** Uma delegacia X do Estado Y, mediante processo licitatório, firmou contrato com a empresa Z para realizar a limpeza das janelas de sua sede. No entanto, a contratada foi responsável pela inexecução parcial do contrato. Após a conclusão do processo administrativo regular, a delegacia aplicou à empresa a sanção administrativa de advertência, uma vez que não houve justificativa para a imposição de uma penalidade mais severa.
- No caso fictício apresentado e de acordo com a doutrina do Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a aplicação dessa sanção é o poder:
- a) de polícia;
 - b) regulamentar;
 - c) de justiça;
 - d) hierárquico;
 - e) disciplinar.
- 24.** Os atos administrativos emitidos pela Administração Pública são respaldados pelo regime jurídico-administrativo, refletindo sua supremacia sobre os administrados, especialmente devido à sua natureza unilateral. Considerando os atos administrativos e suas características, identifique a alternativa correta.
- a) O Poder Judiciário não pode anular atos administrativos discricionários.
 - b) Atos administrativos vinculados podem ser revogados por razões de oportunidade e conveniência.
 - c) O Poder Judiciário tem competência para revogar atos administrativos contaminados por vícios de legalidade.
 - d) A Administração pode revogar seus próprios atos se estiverem viciados e torná-los ilegais.
 - e) O Poder Judiciário não pode revogar um ato editado pela Administração Pública apenas por ser inconveniente e inoportuno.

25. Em relação aos serviços públicos, identifique a alternativa correta.

- a) Não é permitida a prestação de serviços de saúde por fundação que faça parte da administração indireta sob regime privado.
- b) As obrigações de universalização, continuidade e modicidade tarifária são características distintivas do serviço público em comparação com o serviço privado.
- c) A responsabilidade civil das entidades de direito privado que oferecem serviços públicos é subjetiva em relação a terceiros que não são usuários do serviço.
- d) As proteções do Código de Defesa do Consumidor não se estendem aos usuários do serviço público.
- e) A obrigação de manter a continuidade do serviço público impede interrupções devido à falta de pagamento por parte dos usuários.

26. Sobre os bens públicos, marque a alternativa correta.

- a) Bens móveis podem ser considerados como bens públicos.
- b) A usucapião pode abranger bens públicos especiais.
- c) Os bens públicos dominicais são impossíveis de serem transferidos para terceiros.
- d) As unidades de conservação estabelecidas conforme a legislação ambiental, são consideradas bens de uso especial.
- e) A afetação de um bem público apenas pode ocorrer mediante lei ou ato administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

27. Um grupo de vereadores do Município de Inocência apresentou projeto de lei, à Câmara Municipal, em temática relacionada à área da Saúde que entendiam ser de grande relevância para a população local. Para a sua surpresa, a assessoria de apoio ao projeto que é composta por técnicos legislativos daquela Câmara, constatou que o projeto era totalmente contrário a uma súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a Câmara Municipal de Inocência:

- a) Pode aprovar o projeto de lei, pois apenas o Congresso Nacional está sujeito aos preceitos da súmula vinculante.
- b) Não pode aprovar o projeto de lei, pois a súmula vinculante deve ser obedecida por todos os poderes estatais: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) Pode aprovar o projeto de lei, pois os órgãos do Poder Legislativo não estão sujeitos aos preceitos da súmula vinculante.
- d) Não pode aprovar o projeto de lei, salvo se o Supremo Tribunal Federal autorizar previamente que a súmula vinculante seja excepcionada.
- e) Pode aprovar o projeto de lei, pois as normas municipais não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal.

28. Helena, moradora e servidora pública do estado do Mato Grosso do Sul, contando com o maciço apoio de seus colegas servidores, foi eleita Senadora, representando seu estado. Entre suas novas atribuições, caberá a ela votar em importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional. Nesse cenário, considerando a repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre

- a) Pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares e requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- b) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- c) Organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- d) Direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
- e) Proteção à infância e à juventude.

29. Fabio e Adriane, estudiosos do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito dos artigos Constitucionais com força de normas programáticas. Considerando os seguintes dispositivos da Constituição Federal descritos abaixo:

- I. “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.
- II. “Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (...)”.
- III. “Art. 5.º (...) IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;”

Fabio e Adriane entraram em consenso e consideraram que entre os dispositivos apresentados, pode(m) ser considerado(s) norma(s) programática(s) o(s) dispositivo(s) reproduzido(s) na(s) assertiva(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

30. Em duas cidades do Mato Grosso do Sul ocorreram situações pertinentes a ações constitucionais. Na primeira, Herculano cidadão brasileiro, durante seus estudos de direito constitucional na cidade de Campo Grande, notou que a falta de determinada norma regulamentadora estava inviabilizando o exercício de suas prerrogativas referentes à nacionalidade. Já na cidade de Corumbá, Mota e Barroso, advogados experientes, estavam circulando pelo pátio do Batalhão da Polícia Militar, quando escutaram que determinado Oficial, em flagrante de nepotismo, tinha acabado de nomear a filha para ocupar cargo comissionado na corporação, para evitar a lesão à moralidade administrativa, Nessas duas situações que ocorreram em Campo Grande e Corumbá, é cabível a propositura de:

- a) Em Campo Grande cabe mandado de injunção e Corumbá, Mandado de segurança.
- b) Em Campo Grande ação civil pública e Corumbá, Mandado de Injunção.
- c) Em Campo Grande cabe mandado de segurança e Corumbá, ação civil pública
- d) Em Campo Grande cabe ação popular e Corumbá, mandado de injunção.
- e) Em Campo Grande cabe mandado de Injunção e Corumbá, ação popular.

31. Binho Ramos, Prefeito Municipal de Rio Brillhante, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito Toninho Pequeno que atuava na Comarca daquele município, há onze anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça do estado de MS, Paulinho Bilynskj, que o “demitisse” por decisão administrativa. Segundo o entendimento da Constituição da República Federativa do Brasil, o referido pedido é **incompatível** com a garantia constitucional da:

- a) inamovibilidade;
- b) irredutibilidade;
- c) indisponibilidade;
- d) vitaliciedade
- e) inelegibilidade

32. Acerca das disposições previstas na Constituição Federal em seu **capítulo III, Da Seção I, Do Poder Judiciário**, é correto afirmar que:

- a) Os juízes gozam de garantias como é o caso da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- b) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- d) A promoção por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- e) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Mario, menor, quando tinha 14 anos começou a cantar profissionalmente, auferindo renda suficiente para o seu sustento. Com 15 anos, Mario abriu estabelecimento comercial, com economia própria. Aos 17 anos, Mario se casou com Anita. Sobre a capacidade de Mario, é correto afirmar que

- a) Mario adquiriu capacidade civil com 14 anos, por ter relação de emprego com economia própria.
- b) Caso Mario tivesse colado grau em ensino superior, aos 15 anos, não adquiriria capacidade civil, visto que é exigida idade mínima de 16 para se tornar civilmente capaz nessa hipótese.
- c) Mario adquiriu capacidade aos 15 anos, ao abrir estabelecimento comercial com economia própria.
- d) Apesar de ter economia própria, Mario só adquiriu a capacidade aos 17 anos, quando se casou com Anita.
- e) No Brasil não é permitido adquirir capacidade plena antes dos 18 anos de idade.

34. A fundação não poderá constituir-se para fins de:

- a) habitação de interesse social.
- b) assistência social.
- c) modernização de sistemas de gestão.
- d) promoção dos direitos humanos.
- e) atividades religiosas.

35. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

36. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

37. Pedro, Marcos e André se obrigaram a entregar a Paulo um cavalo. Contudo, na data acordada, o cavalo não foi entregue. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Por tratar-se de obrigação solidária, Paulo poderá exigir a entrega do cavalo de qualquer dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda.
- b) Mesmo que a obrigação se resolva em perdas e danos, não perderá o caráter de indivisível.
- c) Caso a obrigação se resolva em perdas e danos, todos os devedores responderão, mesmo que só um seja culpado, pois a obrigação é indivisível.
- d) Paulo poderá exigir o cavalo de qualquer um dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda.
- e) Trata-se de obrigação subsidiária, sendo ambos os devedores obrigados pela dívida toda.

38. Não são responsáveis pela reparação civil de forma objetiva:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

39. Podem ser objeto de hipoteca,

- a) as aeronaves, títulos de crédito e os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles.
- b) os navios, as aeronaves e os veículos.
- c) o domínio direto, o direito de uso especial para fins de moradia e as estradas de ferro.
- d) o direito real de uso, os animais que integram a atividade pastoril, agrícola ou de laticínios e as aeronaves.
- e) as máquinas e instrumentos de agricultura, o domínio útil e os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles.

40. Em relação à sucessão, assinale a afirmativa correta
- a) A sucessão abre-se no local onde faleceu o de cujus
 - b) Os bens que não forem compreendidos no testamento, serão divididos em partes iguais aos demais herdeiros testamentários, se o contrário não dispôs o testador.
 - c) Até a partilha, a herança é considerada indivisível, mesmo que sejam vários e de igual valor os bens.
 - d) O coerdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, mesmo se outro coerdeiro a quiser, pois o direito à herança é pessoal.
 - e) A sucessão abre-se no local de domicílio dos herdeiros do de cujus.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

41. Considerando as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- a) O processo começa e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
 - b) Não poderá, em nenhuma hipótese, ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
 - c) O interesse do autor não pode limitar-se meramente à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
 - d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
 - e) Não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
42. Conforme rege o CPC, considera-se litigante de má-fé, dentre outros casos, aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo. Nessas situações, a parte condenada por litigância de má-fé será condenada
- a) a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e despesas efetuadas, além de arcar com honorários advocatícios.
 - b) apenas à multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
 - c) multa, que deverá ser de até cinco por cento do valor corrigido da causa.
 - d) apenas a indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos e a arcar com os honorários advocatícios.
 - e) a pagar multa, de até dez por cento do valor corrigido da causa.

- 43.** Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.
- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das seis às dezoito horas.
 - b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
 - c) Haverá a interrupção dos prazos durante o período compreendido entre 20 de Janeiro e 20 de Dezembro.
 - d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense e os domingos, os sábados, contudo, são considerados dias úteis não trabalhados.
 - e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- 44.** Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta
- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação.
 - b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
 - c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação, mas não a sua falta.
 - d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
 - e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.
- 45.** O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese
- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
 - b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
 - c) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.
 - d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
 - e) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa
- 46.** Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
 - b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
 - c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
 - d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
 - e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- 47.** Considerando as disposições do CPC acerca dos recursos, assinale a alternativa correta.
- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
 - b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
 - c) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
 - d) O recurso cabível contra os despachos é o agravo de instrumento.
 - e) A desistência do recurso pode ser feita a qualquer momento, independentemente da anuência da parte contrária.

48. Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- b) Sendo necessário, a citação poderá ser feita por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.
- c) Não é admitida nenhuma forma de intervenção de terceiro nem de assistência.
- d) A assistência por advogado é obrigatória.
- e) Não é admissível a citação por edital.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. Carlos, um funcionário de uma empresa de calçados, descobre que a empresa está descontando regularmente a contribuição previdenciária de seu salário, mas não está realizando os recolhimentos correspondentes. Ele questiona Saulo, um dos sócios da empresa, sobre essa prática. Saulo justifica que isso foi feito para melhorar o fluxo de caixa da empresa e apresentar um saldo bancário mais favorável para obter financiamento e modernizar o parque industrial. Ele também menciona que os recolhimentos estão sendo feitos com seis meses de atraso. Carlos decide investigar junto ao INSS e descobre que sua contribuição, deduzida regularmente de seu salário, não foi recolhida nos últimos dois anos.

Diante dessa situação, podemos caracterizá-la como:

- a) crime de apropriação indébita, conforme o artigo 168 do código penal.
- b) crime de apropriação indébita previdenciária.
- c) conduta considerada atípica.
- d) crime de falsidade ideológica, conforme o artigo 299 do código penal.
- e) crime de uso de documento falso.

50. Durante um ato ecumênico realizado em uma praça pública no domingo de Páscoa, Hermano, pastor de uma congregação religiosa, fez um discurso ofensivo contra líderes e seguidores de outras crenças religiosas, rotulando-as como "religiões assassinas" com líderes envolvidos em atividades criminosas, incluindo pilantragem e estupros espirituais, e afirmou que todas essas religiões eram destinadas à adoração do diabo.

Diante dessa situação, podemos afirmar que Hermano:

- a) Praticou o crime de injúria;
- b) Não praticou uma conduta típica, pois a condenação ideológica de outras crenças é inerente à prática religiosa;
- c) Praticou o crime de calúnia;
- d) Não praticou uma conduta típica, pois suas palavras estavam protegidas pela liberdade de expressão e imunidade decorrente de sua função religiosa;
- e) Praticou o crime de racismo.

51. Considerando as mudanças introduzidas pela Lei nº 13.654/2018, podemos afirmar que:

- a) O uso de arma de fogo nos crimes de roubo continua sendo considerado uma circunstância agravante, embora com uma fração menos severa de aumento;
- b) A alteração na legislação não excluiu o uso de arma de fogo como majorante nos crimes de roubo, mas o colocou como uma qualificadora;
- c) o emprego de arma de fogo, nos delitos de roubo, em momento algum deixou de configurar majorante, sendo apenas deslocada e prevendo fração mais severa de aumento;
- d) A mudança na legislação não retirou o uso de arma de fogo como majorante nos crimes de roubo, mas o tratou como uma circunstância agravante;
- e) O uso de arma de fogo nos crimes de roubo permanece como uma majorante, sem qualquer alteração em relação à penalidade aumentada.

52. A doutrina majoritariamente salienta que são duas as espécies de culpa: inconsciente e consciente.

Sobre o tema, é correto afirmar que na culpa:

- a) Na culpa inconsciente, o agente considera possível a ocorrência do resultado típico, mas acredita que isso não acontecerá;
- b) Na culpa inconsciente, o agente tem em sua representação tanto a violação do dever de cuidado quanto o resultado prejudicial;
- c) Na culpa consciente, o agente tem em sua representação apenas a violação do dever de cuidado;
- d) Na culpa consciente, a censura penal deve ser menor quando comparada à mesma violação do risco proibido;
- e) Na culpa consciente, o agente está ciente do risco de seu comportamento, mas acredita que o resultado não ocorrerá.

53. Quanto à distinção entre inidoneidade absoluta e relativa, podemos afirmar que:

- a) no crime impossível, a inidoneidade pode ser constatada após a tentativa;
- b) na inidoneidade absoluta, a consumação do crime ocorreria se o comportamento seguisse sem contratempos externos à vontade do agente;
- c) na inidoneidade absoluta, uma situação apriorística elimina a possibilidade de consumação do delito;
- d) na tentativa relativamente inidônea, circunstâncias anteriores impedem a consumação do crime;
- e) no crime impossível, situações posteriores tornam inviável a realização completa do tipo penal.

54. Geralmente, na doutrina, a prescrição é definida como a perda pelo Estado do direito de punir ou executar uma pena devido à sua inatividade ao longo do tempo. Esta instituição é tradicionalmente dividida em prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória.

Considerando essa causa de extinção da punibilidade, podemos afirmar que:

- a) a idade do réu, independentemente da sua situação, não é considerada relevante para determinar o prazo prescricional;
- b) o oferecimento da denúncia é o primeiro evento que interrompe o prazo prescricional;
- c) a reincidência do agente é relevante para a definição do prazo prescricional da pretensão executória, mas não do prazo da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato;
- d) o reconhecimento da prescrição, tanto da pretensão punitiva quanto da pretensão executória, resulta na eliminação de todos os efeitos penais e extrapenais da condenação;
- e) no caso do crime de bigamia, o prazo prescricional começa a correr a partir da data em que o segundo casamento é formalizado, mesmo que o fato se torne conhecido por terceiros em outro momento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

55. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao Juiz das garantias, ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O MP, por ser o titular da ação penal pública, pode requisitar a instauração do IP, mas não pode realizar diretamente as diligências nem presidir o inquérito policial.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos caso haja notícia da existência de prova nova.
- c) As normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990, conforme entendimento firmado pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade.
- d) O perdão do ofendido pode ser oferecido nos crimes de ação penal privada, bem como nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, dependendo de aceitação do beneficiado para que produza seus regulares efeitos.
- e) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

56. Sócrates foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de furto qualificado (reclusão, de 02 a 08 anos, e multa). O Oficial de Justiça não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, tendo sido informado pelo porteiro do prédio de que Sócrates havia se mudado do local há alguns meses. Após diligências determinadas pelo Juízo, não foi possível obter o novo endereço de Sócrates, razão pela qual foi determinada a citação por edital do acusado. Expirado o prazo do edital, o acusado não compareceu nem constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear ao réu um defensor, concedendo-lhe prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação.
- b) suspender apenas o curso do processo.
- c) suspender apenas o curso do prazo prescricional.
- d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, até que compareça o acusado.
- e) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.

57. Acerca da prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) A citação por edital do acusado constitui, por si só, fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva, uma vez que a sua não localização gera presunção de fuga.
- b) Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação *ex officio* da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do custodiado.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.
- d) A revisão de ofício da necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 dias cabe apenas ao órgão emissor da decisão, ou seja, ao juiz ou tribunal que decretou a custódia preventiva.
- e) O STJ admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.

58. Policiais civis se dirigiram até determinada residência com vistas ao cumprimento de mandado de prisão preventiva, expedido pela autoridade judiciária competente em desfavor de Pitágoras, investigado em determinado processo criminal. Lá chegando, anunciaram ao morador a diligência. Pitágoras abriu a porta e não se opôs à prisão, que foi imediatamente realizada pelos agentes policiais. Os agentes policiais, contudo, resolveram realizar busca no local, com a finalidade de encontrar eventuais elementos de convicção úteis à persecução penal. Após vasculharem minuciosamente o local, acharam alguns documentos, que entenderam estar relacionados ao fato criminoso que ensejou a prisão preventiva, razão pela qual realizaram a apreensão.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) os policiais agiram corretamente, eis que o ingresso no local se deu em razão do cumprimento de mandado expedido pela autoridade judiciária competente.
- b) a prisão de Pitágoras é legal, mas os documentos apreendidos não poderão ser utilizados como elementos de convicção, eis que configuram prova ilícita decorrente de busca domiciliar realizada sem autorização judicial, configurando pescaria probatória.
- c) a diligência é nula, devendo ser relaxada a prisão de Pitágoras.
- d) os policiais agiram corretamente, eis que a busca domiciliar independe de mandado se realizada no curso do cumprimento de mandado de prisão.
- e) o cumprimento de mandado de prisão na residência de Pitágoras não autoriza a apreensão de nenhum objeto ou documento, ainda que configurada situação de encontro fortuito de provas.

59. Athena, 29 anos, funcionária pública, residente e domiciliada em Campo Grande-MS, foi vítima de um crime de estelionato praticado por Thanos. Thanos teria publicado um anúncio falso na internet, simulando ser dono de um veículo e, assim, teria enganado Athena, fazendo com que esta realizasse uma transferência bancária no valor de R\$ 30.000,00 em seu favor, a título de sinal pela compra do veículo. Athena se encontrava de férias na cidade de Petrópolis-RJ quando realizou a transferência bancária. Após receber os valores, na agência do Banco em Cuiabá-MT, onde reside, Thanos bloqueou Athena nas redes sociais e no *WhatsApp*.

Nesse caso, a competência para julgar o referido crime será do Juízo da comarca de:

- a) Campo Grande-MS, local do domicílio da vítima.
- b) Petrópolis-RJ, local da realização da transferência bancária.
- c) Cuiabá-MT, local do domicílio do réu.
- d) Cuiabá-MT, local da obtenção da vantagem indevida.
- e) Campo Grande-MS, Petrópolis-RJ ou Cuiabá-MT, firmando-se pela prevenção.

60. Nos processos que tramitam pelo rito do Júri, será cabível absolvição sumária quando:

- a) não houver prova cabal acerca da materialidade do fato.
- b) não houver indícios suficientes de autoria ou participação do acusado no crime.
- c) restar comprovada a presença de causa de exclusão da ilicitude do fato.
- d) houver prova cabal acerca da inimputabilidade penal do agente por doença mental, mesmo que existam outras teses defensivas.
- e) houver indícios de que o fato foi praticado amparado por excludente de culpabilidade.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
